

Monogamia: interpretações winnicottianas

Monogamy: Winnicottian interpretations

**Patrícia Mafra Amorim, Fabio Roberto Rodrigues Belo,
Giselle Gonçalves Mattos Moreira**

Universidade Federal de Minas Gerais. Av. Antônio Carlos, 6627, Pampulha, 31270-901, Belo Horizonte
MG, Brasil. patricia.mafra.amorim@gmail.com, fabiobelo76@gmail.com, giselegmm@gmail.com

Resumo. O objetivo deste artigo é desenvolver hipóteses sobre as relações entre o desenvolvimento psíquico e emocional tal como descrito por Winnicott e a monogamia. A monogamia pode ser interpretada como uma tentativa de retorno à situação originária, na qual a segurança proporcionada pela relação de dependência com a mãe é reencontrada. Nesse tipo de arranjo amoroso, tenta-se restabelecer sentimentos de segurança, exclusividade e necessidade do outro. Assim, propõe-se pensar a constituição de um casal como uma tentativa de fixarem-se como indispensáveis, recusando a transitoriedade e a transicionalidade do vínculo. Essa relação seria uma tentativa de nos poupar da angústia de não sermos amados e apaziguaria o excesso de excitação pulsional herdado dos carinhos iniciais dos primeiros cuidadores. É ainda possível pensar que a monogamia, por ser um modelo social impositivo, também facilite a instalação e a manutenção de falsos *selves*.

Palavras-chave: monogamia, Winnicott, dependência materna.

Abstract. The aim of this article is to develop hypothesis about the relations between psychic and emotional development as described by Winnicott and the monogamy. We conclude that monogamy can be interpreted as an attempt to return to the original state in which the security provided by the dependent relationship with the mother is rediscovered. In this type of loving arrangement, there are attempts to restore feelings of security, exclusivity and need of others. Thus, it is proposed to think the constitution of a couple as an attempt to establish themselves as indispensable, refusing the transience and the transitioning of the affectionate bond. This relationship would be an attempt to spare us the anguish of not being loved and appease excess of drive excitement inherited from the initial affection of the first caregivers. It is still possible to think that monogamy, as a forceful social model, also facilitates the installation and maintenance of false selves.

Keywords: monogamy, Winnicott, Maternal dependence.

Introdução

Quero que tu me dêes tudo o que tu és (Caetano Veloso e Jorge Mautner, Manjar de Reis, 2002).

Não se pratica psicanálise no vácuo cultural e muito menos contra as forças da história. A psicanálise não é uma seita, e, muito menos ainda, uma seita conservadora e reformista. É preciso apoiar-se nos fenômenos e processos da vida cotidiana para operar com alguma eficácia. Nesta medida, o saber sociológico não deveria estar apenas corroborando o que a clínica sugere, mas deveria também nos ajudar a descortinar novos horizontes (Figueiredo, 2012, p. 98-99).

A constituição de um sujeito envolve um vir-a-ser que é possibilitado graças aos cuidados que a criança recebe quando recém-chegada ao mundo. Essa entrada não é isenta de traumas, pelo contrário, os cuidados necessários traumatizam, deixam marcas, ao mesmo tempo que permitem constituir o ser, que é necessariamente permeado pelo outro. Esse sujeito traumatizado pode, ao longo de sua existência, significar suas experiências e atribuir sentido aos afetos. Figueiredo (2012, p. 115) diz que a possibilidade de “fazer sentido” envolve um recorte, uma separação do estabelecido para simultaneamente traçar operações particulares de articulação. Ou seja, evoluir de uma dependência absoluta do outro (que presta os primeiros cuidados) às construções particularmente elaboradas. Se, ao contrário, um sentido se fixa, o espaço para o “fazer sentido” (Figueiredo, 2012, p. 115) por meio da elaboração de arranjos criativos é impossibilitado; um sujeito que se prende a algo primitivo torna-se privado de poder construir algo que lhe é próprio.

Além do trauma constitutivo, o sujeito também é atravessado pelos paradigmas culturais que tendem a naturalizar as relações, estabelecendo *a priori* rígidos arranjos amorosos, o que gera conflito com o caráter plástico e transitório da pulsão sexual. A monogamia recebe grande investimento por parte da cultura como resposta às questões amorosas do sujeito. Gostaríamos de questionar o papel atribuído ao pacto monogâmico como única (ou a mais natural, a mais apropriada) possibilidade antropológica de vivenciar arranjos libidinais. Questionamos até que ponto esse modelo impede ou contribui para que o sujeito possa inventar sua maneira singular de vivenciar o amor. A monogamia é, portanto, um fato sociológico e clínico digno de atenção. Uma proposta de desnaturalizá-la pode levar a um beneficiamento teórico, ético e clínico.

Considerando que há ressonâncias entre o plano da clínica psicanalítica e o plano cultural, dá-se a importância de instrumentalizar o analista para lidar com as questões sociais que atravessam as subjetividades. Há um ganho clínico em expor e problematizar interpretações possíveis que visam a uma desconstrução da naturalização da monogamia. As intervenções clínicas têm consequências políticas e, por isso, a posição do analista envolve um trabalho constante de atenção às normas morais sob as quais vive, possibilitando que o sujeito invente sua história de maneira mais criativa. O objetivo deste artigo é desenvolver hipóteses sobre as relações entre o desenvolvimento psíquico e emocional tal como descrito por Winnicott e a monogamia.

Dependência absoluta

Winnicott (1982a [1963]), em *Da dependência à independência no desenvolvimento do indivíduo*, opta por analisar o desenvolvimento emocional da criança em outros termos que não os estágios psicanalíticos já clássicos – fase oral, anal, fálica e genital. Sendo assim, o autor coloca que o desenvolvimento até a maturidade é uma jornada, que parte da dependência absoluta e vai rumo à independência.

O conceito de “dependência absoluta” é de extrema importância para nosso tema. Ele é definido por Winnicott (2001a [1958]) como o primeiro estágio de desenvolvimento emocional dos seres humanos, no qual o bebê encontra-se em dependência absoluta física e emocional em relação ao ambiente. Tal dependência é considerada absoluta, pois não há sequer vestígios de uma consciência do estado dependente por parte do bebê.

O lactente encontra-se completamente dependente das provisões de sua mãe e, apesar de já conter em si o que foi geneticamente herdado, como a tendência a amadurecer, o ambiente deve ser suficientemente bom para que a criança atinja seu potencial. É interessante lembrar que, nesse estágio, a mãe também se encontra extremamente vulnerável e dependente, devido à grande identificação com seu bebê, a qual é necessária para que possa lhe prover os devidos cuidados. A este estado materno Winnicott (1982a [1963]) chamou de “preocupação materna primária” ou “loucura materna” (Guyomard, 2006).

Podemos notar algumas semelhanças entre esse estado originário em que o bebê e a mãe se encontram e a relação monogâmica estabe-

lecida entre alguns parceiros amorosos. Características como a exclusividade, a necessidade, o ciúme e o sentimento de segurança são típicas da fase de dependência infantil, mas muitas vezes podem ser observadas nas relações amorosas como reedições desses primeiros sentimentos. A criança precisa da presença física da mãe para que se sinta segura e possa correr riscos, se expor a novas experiências. Acreditamos ser possível pensar nas exigências da paixão amorosa como regressões a esse estado de dependência.

Dependência relativa

À medida que a criança cresce, a mãe começa a retornar às suas atividades normais, relativamente independentes do bebê. Não mais tão identificada com as necessidades da criança, essa mãe passa a não satisfazer todas elas.

No entanto, tanto a frustração das expectativas da criança quanto as “falhas” da mãe são fundamentais para que o bebê possa iniciar uma desadaptação gradativa. O bebê, à medida que passa por experiências boas e as internaliza, passa a ser capaz de sintetizar o amor ao objeto bom e o ódio ao objeto frustrador em um só e mesmo objeto, integrando seu ego inicialmente cindido e abandonando a relação parcial de objeto (Klein, 1991 [1952]). Winnicott (1982a [1963], p. 83) define a dependência relativa como o “estágio de adaptação a uma falha gradual dessa mesma adaptação”.

O principal ponto de distinção entre o estágio de dependência absoluta e o de dependência relativa é a consciência que a criança começa a adquirir de sua própria dependência. Esse é o estágio em que o bebê passa a sentir falta da mãe e percebe que ela é necessária.

É nesse estágio também que se origina o desenvolvimento global da compreensão da mãe como um ser separado e que tem uma existência pessoal própria (Winnicott, 1982a [1963]). A partir disso, o bebê passa a lidar melhor com aquilo que desafia sua onipotência, aceitando as coisas que acontecem fora de seu controle sem tanta raiva e angústia. Como Winnicott (1982a [1963], p. 86) coloca:

Assim, gradativamente a criança se torna capaz de abranger quase que qualquer evento exterior, a percepção se tornando quase sinônimo de criação. Eis aí um meio pelo qual a criança assume controle sobre acontecimentos externos do mesmo modo como sobre o funcionamento interior de seu próprio self.

A compreensão da mãe como um ser separado e com interesses distintos do bebê e as contínuas frustrações que a realidade impõe ao bebê geram muita ansiedade. É nesse contexto que se insere o objeto transicional do bebê. Esse objeto tem função apaziguadora da angústia provocada pela perda da relação de dependência absoluta, de mistura completa, entre mãe e bebê (Pellegrino, 2009). Sendo assim, esse objeto, que não pode ser classificado nem como interno nem como externo, entra como um substituto da presença física da mãe, que apazigua o bebê e o ajuda, por exemplo, na hora de dormir.

Se pensarmos nessa fase do desenvolvimento emocional como modelo da vida amorosa que se seguirá, podemos levantar a hipótese de que, em termos de pactos monogâmicos, o formato da “dependência relativa” parece ser um acordo menos simbiótico, mas ainda dependente. Talvez a própria ideia de casal seja investida como objeto transicional, algo que represente a união dos dois envolvidos no enlace. Não por acaso, há enorme investimento nos símbolos dessa união: da festa de casamento à casa, das roupas à viagem de lua-de-mel. Investigações clínicas sobre o devir fetiche do objeto transicional poderão nos auxiliar a entender melhor esses fenômenos.

Por outro lado, não é raro o fenômeno clínico do ciúme mais agudo que parece ser um tipo de resistência à dependência relativa e também à independência entre os parceiros. A monogamia pode ser vista, nesse contexto, como uma forma de proteger-se da instabilidade e angústia causadas pelas fantasias de abandono e frustração. A exigência de fidelidade é alçada à condição indispensável para a estabilidade do casal e, assim como o bebê dependente da mãe, utilizará o ciúme como uma forma de controlar seu parceiro e misturar-se com ele.

Rumo à independência

O terceiro e último estágio do desenvolvimento emocional é definido por Winnicott (1982a [1963]) como independência, tendo em vista que o autor acreditava que os adultos deveriam continuar a crescer e amadurecer, já que apenas raramente alguns deles atingem a maturidade completa.

Nessa fase, a criança (ou o adulto) passa a lidar gradativamente melhor com o mundo ao seu redor e suas complexidades, por identificar nele coisas já presentes dentro de si

própria(o). Ao se identificar com a sociedade, a criança torna-se capaz de ter uma existência pessoal satisfatória, sem sacrificar sua espontaneidade, ao mesmo tempo que está envolvida com as questões sociais. A independência está intimamente relacionada com a maturidade, que, para Winnicott, é sinônimo de saúde e de normalidade.

É importante ressaltar que, uma vez alcançada, a independência não está dada de uma vez por todas. Ao contrário, existem grandes possibilidades de que ocorra um recuo no desenvolvimento da socialização por parte do indivíduo, especialmente se ele se depara com tensões sociais que são fortes demais para que possa suportar naquele momento. Socializar-se é ser capaz de identificar-se com questões sociais. Se estas são tensas demais, o indivíduo pode recuar para suas identificações anteriores, mais familiares e menos tensas.

A independência e a maturidade, no que diz respeito à socialização, se relacionam com uma característica muito peculiar do ser humano: a capacidade para estar só. De acordo com Winnicott (1982b [1958]), este é um fenômeno extremamente sofisticado, que tem sua base em um paradoxo, o fato de desenvolvermos a capacidade de estarmos sós inicialmente na presença da mãe.

Estar só significa ser capaz de se tornar não integrado, de devanear, de não ser ativo, nem responder às contingências. Mas isso só é possível quando a existência da mãe já é percebida como contínua, quando os objetos internos já não forem mais tão ameaçadores e angustiantes e a presença real da mãe já não for mais necessária, uma vez que ela já foi internalizada, no que Winnicott (1982b [1958], p. 34) chama de “meio interno”, composto por objetos bons suficientemente fortes.

Por outro lado, o estar só ainda no estado imaturo leva o indivíduo a necessitar de um ego auxiliar para lidar com toda a angústia gerada por essa situação. Esse ego auxiliar geralmente é provido pela mãe, mas também pode ser por um símbolo dela, como o berço, o carrinho de bebê, ou até mesmo um parceiro amoroso. A questão que se levanta, tendo em vista essa teleologia emocional proposta por Winnicott, é em que medida o estágio definido como independência pode ser vivido em arranjos monogâmicos. Estaríamos necessariamente diante de uma incapacidade de estar só? Ou é possível pensar em alguns modos de proteção à independência dos parceiros nesse tipo de relacionamento?

Phillips (1997, p. 37-38) coloca de maneira bastante interessante o sentimento que a independência pode causar:

Se começamos a vida fazendo parte do corpo de outra pessoa, nossa independência é sentida como um desmembramento. Constituir um casal nos lembra, nos convence mais uma vez, de que somos também uma outra pessoa; de que formamos um todo com ela. [...] Crescer significa tornar-se um membro-fantasma; apaixonar-se significa adquirir um.

Se tomarmos agora essa fase emocional como protótipo da vida amorosa, podemos imaginar, seguindo a lógica proposta por Phillips (1997), que o desejo de fazer parte de um projeto amoroso com o outro é sempre atravessado pelas fantasias inconscientes de fazer parte do outro. No entanto, aqui, pode ficar mais claro para ambos envolvidos que não se trata daquele outro em particular. Talvez, esses sucessivos processos de separação nos ajudem a entender que o desejo de estar com alguém não precisa vir marcado com o selo da eternidade ou da dependência absoluta. A metáfora do membro-fantasma rapidamente nos leva à metáfora da muleta. A questão, pensamos, é se é possível imaginar relações amorosas sem tomá-las como projeto de fuga da incompletude; sem nos imaginar aleijados – alijados – desde o início da nossa vida emocional.

A loucura materna e a monogamia

Em que pese a presença de certo naturalismo na obra de Winnicott, queremos defender a ideia de que não há natureza humana: é essa a grande conclusão que devemos tirar da crítica que o conceito de pulsão produz à noção de instinto. Isso vale para nossas funções vitais – do sono à alimentação – e também para a nossa vida moral. Jacques André (2006, p. 24) critica assim o conceito, falando de casos de crianças que preferem a anorexia a se submeter à mãe excessivamente preocupada:

O importante é, então, para a criança, não comer, de escapar à sedução, e, mesmo morrendo, ele existe enquanto indivíduo. É o mundo às avessas: para restabelecer a necessidade, recusar se alimentar; a anorexia para escapar à loucura oral, para reencontrar a natureza contra a carga pulsional. A natureza não é um dado inaugural, é um objetivo a atingir, às vezes a restaurar, mais frequentemente, sem dúvida, a inventar.

Pois bem, a monogamia, longe de ser o formato natural da relação amorosa, é um arranjo que também deve ser conquistado, maturado. Uma hipótese a ser avaliada clinicamente é o quanto a monogamia tem sido investida, social e clinicamente, enquanto natureza a ser encontrada e criada. Se é fácil perceber que a anorexia é um sintoma a ser combatido pela invenção-encontro de uma dietética não mortífera, não é tão automático imaginar o que colocar no lugar da situação originária, de forma geral, configurada pelo par mãe-bebê.

Na diáde primária, aquele que se crê onipotente e autossuficiente não é o bebê, mas a parte do infans retornado à vida que coloca sua ilusão de onipotência à serviço da mãe suficientemente boa. Se o fantasma de fechamento narcísico está funcionando no início da vida psíquica, não é do lado do pequeno ser humano, mas do lado da mãe (Yi, 2006, p. 39-40).

O que Winnicott coloca em evidência, contra a noção de narcisismo primário, é que a relação mãe-bebê libidiniza o laço, e não objetos separados. Trata-se, de saída, de um “narcisismo do laço” (Guyomard, 2006, p. 122). O trabalho materno funciona em três vias: apaziguar suas próprias pulsões, as do seu bebê e, principalmente, colocar as pulsões “a serviço do narcisismo do laço materno” (Guyomard, 2006, p. 122). O materno, nesse sentido, diz mais respeito a uma modalidade de laço do que de objeto.

A loucura materna diz respeito à exigência superegoica da mãe de ser perfeita. Essa injunção não permite que ela falhe e exige que ela se coloque como indispensável ao seu bebê. Podemos chamar esse tipo de enlace de amor totalitário: aquele que nunca diz não, que quer completar tudo, mas também tudo invadir, de tal forma a não deixar espaço para a criança e, posteriormente, para o outro.

Se a noção de pulsão obriga a concluir que não há, por assim dizer, monogamia natural entre o desejo e o objeto, há, no entanto, na história libidinal de alguém diversos momentos nos quais parece imperativo fazer crer nessa monogamia. A loucura materna é um desses momentos e podemos pensar se essa exigência totalitária não poderá retornar posteriormente na fantasia de que o sujeito ou o objeto de amor são indispensáveis um ao outro. Trata-se de uma questão clínica fundamental que exigirá do analista cuidado redobrado, pois sabemos dos riscos de violência oriundos desse tipo de enlace. Como nas formas políticas do totalita-

rismo, as resistências ao amor totalitário são punidas de forma exemplar. Acreditamos que o cuidado analítico deva ir na direção de desconstruir ou flexibilizar as diversas posições erótico-totalitárias: o desejo, geralmente inconsciente, do sujeito em ocupar o lugar de indispensável para um outro; ou, o inverso, isto é, a exigência de que o outro ocupe esse lugar.

Segurança versus impulso

Primeiramente, o funcionamento da monogamia será associado ao retorno do recalçado, uma relação onde a dependência absoluta entre mãe e bebê é reencontrada, como um esforço de superar o desfecho dessa relação diádica primária. Há uma tentativa de reviver sentimentos alcançados durante o período no qual a mãe está absolutamente entregue às necessidades do bebê; como a exclusividade, a necessidade, o conforto, a permanência e a própria relação de dependência. Phillips (1997, p. 6) assume uma postura mais provocativa no que se refere ao retorno à relação de dependência materna:

Nossa sobrevivência bem no início de nossa vida nos envolve em algo assim como a monogamia. Nosso percurso de crescimento nos envolve em algo assim como a infidelidade (nós desafiamos nossos pais, nós os traímos, nós os decepcionamos). Por isso, quando pensamos em monogamia, pensamos como se ainda fossemos crianças, não como adultos. Não sabemos o que os adultos pensam sobre a monogamia.

A segurança seria mais um sentimento a ser reeditado na relação monogâmica. Inicialmente os pais tendem a atribuir o fator da segurança como essencial na criação dos filhos. Quando fornecida na “quantidade certa”, os pais fazem uma contribuição de grande importância para a constituição do indivíduo, mas, com o tempo, as crianças passam a ver na segurança uma espécie de desafio, que as instigam a ser livres (Winnicott, 2001b [1960]). Espera-se, ainda, que o sentido de segurança seja para a criança algo confiável e durável (um dado básico), que possa ajudá-la em momentos difíceis. Winnicott acrescenta, ainda, sobre o tema: “A batalha travada entre nossos impulsos e nosso sentido de segurança (ambos vitais) é uma batalha eterna” (Winnicott, 2001b [1960], p. 48).

A opção pela monogamia, portanto, estaria do lado da segurança, considerando que seria uma relação na qual a dependência entre mãe e bebê é reencontrada. Pensando nessa

ambivalência (segurança x impulsos), segundo Phillips (1997), a relação monogâmica seria justamente o oposto de nossos impulsos. Remetendo a isso, o autor coloca que “o hábito cerra nossos olhos” (Phillips, 1997, p. 102). Logo, esse abandono dos impulsos em favor da segurança poderia sinalizar uma saída encontrada pelo falso *self*, uma atitude não espontânea e submissa.

Monogamia: entre o verdadeiro e o falso *self*

Phillips (1997) aponta, de maneira provocativa, a ambivalência, e mesmo a insinceridade, presentes na escolha monogâmica:

Nem todo mundo acredita na monogamia, mas todos vivem como se acreditassem. Todos têm consciência de estar mentindo ou querendo dizer a verdade quando estão em jogo a lealdade e a fidelidade (Phillips, 1997, p. 1).

Propõe-se aqui um questionamento acerca da relação monogâmica como infantilizada, neurotizada, marcada por um falso *self* ou uma saída saudável e autêntica de um *self* verdadeiro. Para isso, refletiremos a respeito do funcionamento da monogamia sob esses dois conceitos desenvolvidos por Winnicott.

O autor comenta que esses conceitos podem ser enlaçados com a teoria das pulsões em Freud, que ora se volta para as questões da sexualidade, ora se volta para as necessidades de socialização (Winnicott, 1982c [1960]). O *self* verdadeiro seria a fonte dos impulsos pessoais, e o “falso *self*” seria uma organização defensiva pela qual a criança se adapta a fim de proteger seu *self* verdadeiro (Winnicott, 1982c [1960]). Segundo Winnicott, cada pessoa tem um “*self* socializado” e um “*self* pessoal privado” e, para o autor, essa divisão é uma aquisição saudável (Winnicott, 1982c [1960]).

No entanto, em algumas situações, o *self* verdadeiro é de tal forma ocultado, que é incapaz de atuar, e a vida do sujeito passa a ser vivida por um falso *self*, submisso. Assim sendo, as “experiências reais” (Winnicott, 1982a [1958], p. 36) ficam limitadas, e isso resulta em um sentimento de irrealidade e de não existência. Algumas atitudes, como o impulso autêntico e a espontaneidade, não são vividas na atuação de um falso *self*, antes pelo contrário, o indivíduo submete-se às vontades alheias, esquecendo-se de si (Winnicott, 1982c [1960]).

Winnicott propõe que pode existir uma relação entre esse “problema de personalidade” (Winnicott, 1999 [1964], p. 54) e o conceito de maturidade (saúde pessoal) do indivíduo adulto (Winnicott, 1999 [1964]).

A questão que se coloca no que tange à monogamia aqui é a seguinte: esse modelo amoroso não seria uma continuação de um modo de vida organizado em torno do falso *self*? Na medida em que a monogamia é um modelo imposto ao qual o sujeito deve se submeter, pensamos que há a possibilidade do sujeito encontrar aí mais um espaço de retração de seu gesto espontâneo. Uma outra hipótese, no entanto, é pensar que a monogamia, como repetição do modelo mãe-bebê fiéis um ao outro, pode dar a chance de retomada do processo maturacional, o que pode, por sua vez, desfazer o falso *self*. Para alguns, portanto, a monogamia pode ser uma relação de adequação social, submissa e acompanhada de um sentimento de futilidade e irrealidade próprio do falso *self*, para outros, pode representar uma relação autêntica e madura própria de um verdadeiro *self*.

Somente um verdadeiro *self* é capaz de criar e de se sentir como real, o falso *self* ao contrário, sofre de um sentimento de irrealidade e futilidade (Winnicott, 1982c, [1960]), como o exemplo supracitado do indivíduo que pensa estar vivendo uma farsa. Winnicott matiza o conceito de falso *self*, que vai “desde o aspecto polido normal do *self* ao marcadamente clivado falso e submisso *self*” (Winnicott, 1982c [1960], p. 137).

É necessário retornar às primeiras relações objetais do indivíduo para compreendermos a etiologia do falso *self*. A efetiva integração da criança é dependente do *holding* materno, que seria a contenção que a mãe exerce sobre o bebê, literal e figurativamente.

Tendo um *holding* satisfatório, a criança passa a emitir “gestos espontâneos”, sendo a origem desse ato o *self* verdadeiro. É importante atentar para como a mãe responde a essa onipotência infantil, pois a mãe suficientemente boa responde e dá sentido ao gesto espontâneo e à onipotência do bebê.

Por outro lado, a mãe que não é suficientemente boa não responde ao gesto da criança, não entende o bebê e impõe o seu próprio sentido, sendo incapaz de reconhecer o bebê como um indivíduo diferente e separado de si mesma. A criança então se submete a esse sentido materno, o que constitui a primeira fase do falso *self*.

Falso self e moral sexual civilizada

A exemplo de Freud, utilizaremos alguns relatos etnográficos, a fim de demonstrarmos a hipótese de que a monogamia não representa, em absoluto, o único modo possível de investimento libidinal em um relacionamento.

Freud, em *A moral sexual "civilizada" e doença nervosa moderna* (2006a [1908]), discorre longamente sobre os prejuízos psíquicos causados pela supressão dos impulsos sexuais, os quais seriam restringidos única e exclusivamente à relação conjugal monogâmica. Nesse artigo, o autor correlaciona a alta incidência das psiconeuroses às normas de uma organização moral da sexualidade "civilizada" impostas no século XIX à burguesia que se organizava. Essa moral sexual "civilizada", se oporia, pois, à moral sexual natural, de acordo com Von Ehrenfels (Freud, 2006a [1908]), sendo que a primeira diz respeito à obediência aos princípios morais que possibilitam uma grande atividade cultural, enquanto que a segunda se refere às prescrições sob as quais é-se capaz de conservar a saúde e a eficiência. Para Freud, a moral sexual civilizada, por seu caráter excessivamente repressor, gera sofrimento psíquico e neuroses de toda ordem. Nesse texto, ficamos com a impressão de que Freud defende claramente uma posição da psicanálise contra o que ele chama de "moral dupla", isto é, arranjos hipócritas que diferenciam a moral prescrita da moral praticada.

Percebe-se prontamente que os termos utilizados para se diferenciar essas duas morais não são, absolutamente, os mais adequados, pois ainda pressupõem a existência de uma moral asséptica ou incapaz de causar sofrimento. Esse tipo de liberdade moral, no que tange à sexualidade, aparece um tanto idealizada nos relatos míticos sobre as assim chamadas sociedades primitivas. No entanto, os relatos de antropologia desmascaram isso, mostrando, por exemplo, o quão civilizadas eram as práticas sexuais dos nativos da ilha Trobriand, no Pacífico Sul, as quais poderiam ser classificadas como uma moral natural, por seu caráter mais flexível no que diz respeito à satisfação dos impulsos sexuais (Malinowski, 1982). Esses impulsos, diferentemente do que ocorria na burguesia europeia, podiam ser satisfeitos antes do matrimônio e com vários parceiros. No entanto, talvez seja interessante retomar e ampliar a crítica de Freud para a desconstrução da naturalização da monogamia como ideal de relacionamento amoroso.

Ainda para seguir a metodologia de Freud, que faz a psicanálise dialogar com a antropologia, a fim de demonstrar teses metapsicológicas, lembramos de um outro exemplo etnológico, que nos permite entender a monogamia como construção histórica e política. Laraia (1963), em seu artigo "*Arranjos Poliândricos na Sociedade Suruí*", demonstra como foi possível que essa tribo brasileira, frente a um processo depopulatório que atingiu mais significativamente as mulheres, se reorganizasse em arranjos que permitiam que uma mulher, casada, viúva ou solteira, tivesse relações com mais de um homem, a fim de que se evitassem conflitos, que já haviam ocorrido no passado.

Esses exemplos, oriundos da antropologia, demonstram o quão flexíveis podem ser os arranjos amorosos humanos, não havendo leis universais para os mesmos. O que se encontra é, portanto, arranjos de cunho político e histórico, passíveis de questionamento. A seguir, demonstraremos, a partir da teoria de Winnicott, a seguinte hipótese: a história libidinal do bebê implica em uma saída mais facilitada, mas não única, para a monogamia.

Exemplos literários

A temática do falso *self* se articula com a monogamia, na medida em que esse arranjo amoroso é socialmente imposto. Gostaríamos de analisar brevemente dois relatos literários do século XIX, de tal forma a mostrar como o desconforto, assim como a adequação ao modelo monogâmico, estão presentes desde sua invenção histórica como modo privilegiado do amor burguês. Vale ressaltar que a literatura vem sendo utilizada como importante elemento de investigação antropológica desde o século passado. Como fica explícito na obra de DaMatta (1997b), as obras literárias são instrumentos de apoio privilegiados para obter-se uma ampla visão antropológica e sociológica de determinado fato ou contexto social. Estando o autor imerso em um campo de tensões entre os aspectos internos e externos envolvidos na produção literária, sua obra exprime uma visão particular de uma totalidade complexa da estrutura social, podendo, portanto, ser situada no mesmo plano que uma etnografia (DaMatta, 1997a). Como coloca DaMatta (1997a, p. 307), "toda etnografia é, em última análise, a revelação de uma posição social específica diante de um dado objeto social ou cultural". Sendo assim, partindo de um pressuposto do parentesco entre a produção literária, a sociedade e o que

se delinea na escuta clínica, verifica-se que personagens como Nora, de Henrik Ibsen, e Mária, de Lev Tolstói, denunciam os desencontros que permeiam certos pactos monogâmicos e como esses pactos podem, ou não, ser organizados em torno de um falso *self*.

Nora, personagem da peça teatral *Casa de Bonecas*, escrita por Henrik Ibsen (2001 [1879]), vive uma relação conjugal infantilizada marcada por uma submissão aos desejos de Helmer, seu marido, esquecendo-se de si. Helmer infantiliza Nora, é um homem alienado nas opiniões alheias e nas leis sociais. Nora, por sua vez, é atravessada por um sentimento de irrealidade e futilidade, vivendo uma farsa, sem autenticidade. Pode-se dizer que sua vida é vivida por um falso *self*. Desde o início da peça, essa relação é permeada por simulações e subterfúgios, Nora guarda um grande segredo e pensa que sua vida acabaria se algo fosse revelado. Em meio ao caos, o casal é convidado a um baile e é Helmer quem escolhe a fantasia de Nora: mais uma metáfora da submissão dela a ele. Ao voltar do baile, o segredo é revelado: Nora havia falsificado a assinatura do pai para conseguir um empréstimo de tal forma que ela pudesse levar o marido a uma viagem sugerida pelo médico. Ou seja, ela revela não ser tão submissa quanto se imaginava. Nesse momento, Nora decide vestir sua própria fantasia, dizendo:

[...] nossa casa nunca passou de um quarto de brinquedos. Fui sua boneca-esposa, como fora boneca-filha na casa de meu pai. E os nossos filhos, por sua vez, têm sido as minhas bonecas [...]. Preciso estar só, para avaliar a mim mesma e a tudo que me rodeia. Por isso não posso continuar a viver com você (Ibsen, 2001 [1879], p. 95-96).

Nora decide deixar a casa de seu marido para buscar algo que lhe seja próprio, ela quer descobrir um mundo através de outros olhos que não sejam os da “avezinha canora”, como Helmer a chamava.

Já o romance de Lev Tolstói (2009 [1859]), *Felicidade Conjugal*, também trata dos desencontros que permeiam o pacto monogâmico, aborda a temática do desejo do ponto de vista da personagem Mária. Uma menina que se apaixona pelo maduro Sierguiéi e julga estar tomada por uma espécie de amor sublime, dedicando sua existência por amor ao outro. A realização do matrimônio marca um segundo tempo da trama, com diálogos entrecortados, as divergências entre as fantasias se evidenciam. Mária quer ser apresentada para “a sociedade”, todos elogiam sua beleza. Sierguiéi

quer viver a vida pacata do campo. Mária não reconhece seus filhos como seus e tampouco seu casamento.

Realizara-se tudo o que eu mal ousara esperar. Os sonhos imprecisos, confusos, tornaram-se realidade; e a realidade transformou-se numa vida pesada, difícil sem alegria. [...] Eu sou a mesma, porém não há em mim amor, nem desejo de amor (Tolstói, 2009 [1859], p. 103-104).

Mária encontra-se tomada por um desejo que não se satisfaz, “um arrependimento inconfessado e lágrimas não choradas” (Tolstói, 2009 [1859], p. 108). Mária diz de uma incoerência ao viver, internamente, caos e incompletude, de haver tanto desejo de algo enquanto que, externamente, sentir tudo “tão belo e sossegado” (Tolstói, 2009 [1859], p. 108). No final da trama, Sierguiéi e Mária têm uma conversa sincera, na qual os dois dizem sobre seus sentimentos de forma simples e cuidadosa.

A partir desse dia, terminou o meu romance com meu marido, o sentimento antigo tornou-se uma recordação querida, algo impossível de trazer de volta, e o novo sentimento de amor aos filhos e ao pai dos meus filhos deu início a uma nova vida, de uma felicidade completamente diversa, e que ainda não acabei de viver... (Tolstói, 2009 [1859], p. 114).

Mária, ao contrário de Nora, encontra na monogamia uma saída de um *self* verdadeiro, na medida em que sua relação com Sierguiéi é construída de maneira autêntica e madura. O diálogo final do romance aponta um compromisso mútuo do casal em desfazer sentimentos de irrealidade para pensar o pacto monogâmico como uma “experiência viva” e saudável.

Considerações finais

A partir do exposto, é interessante marcar alguns pontos, tais como a visão da monogamia como o retorno do recalçado. Seria ela uma forma de sintoma ou de sublimação? Como foi dito, acreditamos não em uma só forma de monogamia, mas em pactos monogâmicos, sendo assim, esse tipo de relacionamento poderia se articular com uma pluralidade infinita (posto que sempre singulares) de arranjos libidinais.

Primeiramente, poderia ser um sintoma da existência de um falso *self* que se submete às imposições sociais no lugar da espontaneidade própria do verdadeiro *self* e adota a relação monogâmica como forma de escapar da solidão. Afinal, a pulsão dificilmente abre mão de

um objeto que um dia já lhe trouxe satisfação e, por isso, muitas vezes os parceiros amorosos são colocados no lugar da mãe na “situação originária”. O resultado disso pode ser uma relação de dependência, uma tentativa de fixar-se como indispensável, e, ao mesmo tempo, temendo a excessiva estabilidade/segurança que o parceiro simboliza. Como Alain de Botton (1997, p. 159) coloca em seu livro *Ensaaios de Amor*: “Os prazeres de se depender de alguém empalidecem perto dos medos paralisantes que essa dependência envolve”.

A monogamia poderia ser também uma maneira de indivíduos maduros estabelecerem uma relação em que ambos encontram-se a sós em sua autossuficiência, o que não impede que compartilhem vivências e amem, verdadeiramente, um ao outro. A monogamia não necessariamente deve ser o oposto dos impulsos, como colocou Phillips (1997).

Clinicamente, é importante abrir espaço para o longo espectro que vai da manutenção da crença na monogamia como vínculo natural até, no outro extremo, nas práticas amorosas líquidas (Bauman, 2004). Freud (2006b [1916]) argumenta que a transitoriedade é fonte de angústia, e muitos se recusam a aceitá-la, como se recusassem o trabalho de luto que o fim dos investimentos libidinais nos impõe. Por outro lado, tratar todas as relações amorosas como radicalmente transitórias também nos parece uma resposta à angústia mobilizada pelas fantasias oriundas da situação originária de cuidado. Do ponto de vista clínico, portanto, é preciso estar atento a esse espectro de maneira a possibilitar um campo mais aberto para elaborar as vivências emocionais trazidas pelas relações amorosas.

Referências

- ANDRÉ, J. 2006. Introduction: les baisers. In: J. ANDRÉ, *La folie maternelle ordinaire*. Paris, PUF, p. 11-28.
- BAUMAN, Z. 2004. *Amor líquido: sobre a fragilidade dos laços humanos*. Rio de Janeiro, Jorge Zahar, 190 p.
- BOTTON, A. 1997. O Medo da Felicidade. In: A. BOTTON, *Ensaaios de Amor*. Rio de Janeiro, Rocco, p. 153-161.
- DAMATTA, R. 1997a. Augusto Matraga e a Hora da Renúncia. In: R. DAMATTA, *Carnavais, malandros e heróis: para uma sociologia do dilema brasileiro*. Rio de Janeiro, Rocco, p. 315-334.
- DAMATTA, R. 1997b. Mulher – Dona Flor e seus dois maridos: Um romance relacional. In: R. DAMATTA, *A Casa & a rua*. Rio de Janeiro, Rocco, p. 97-132.
- FIGUEIREDO, L.C. 2012. *As diversas faces do cuidar*. São Paulo, Escuta, 231 p.
- FREUD, S. 2006a [1908]. A moral sexual ‘civilizada’ e doença nervosa moderna. In: S. FREUD, *Edição Standard Brasileiras das Obras Psicológicas Completas de Sigmund Freud*. Rio de Janeiro, Imago, vol. 9, p. 167-186.
- FREUD, S. 2006b [1916]. Sobre a transitoriedade. In: S. FREUD, *Edição Standard Brasileiras das Obras Psicológicas Completas de Sigmund Freud*. Rio de Janeiro, Imago, vol. 14, p. 345-348.
- GUYOMARD, D. 2006. La folie maternelle: un paradoxe? In: J. ANDRÉ, *La folie maternelle ordinaire*. Paris, PUF, p. 113-129.
- IBSEN, H. 2001 [1879]. *Casa de bonecas*. Mariporã, Veredas, 102 p.
- KLEIN, M. 1991 [1952]. Algumas conclusões teóricas relativas à vida emocional do bebê. In: M. KLEIN, *Inveja e Gratidão e outros trabalhos*. Rio de Janeiro, Imago, p. 85-118.
- LARAIA, R.B. 1963. “Arranjos Poliândricos” na Sociedade Suruí. In: E. SCHADEN (org.), *Leituras de Etnologia Brasileira*. São Paulo, Companhia Editora Nacional, p. 193-196.
- PELLEGRINO, H. 2009. Édipo e a Paixão. In: H. PELLEGRINO, *Os Sentidos da Paixão*. São Paulo, Companhia das Letras, p. 307-328.
- PHILLIPS, A. 1997. *Monogamia*. São Paulo, Companhia das Letras, 121 p.
- MALINOWSKI, B. 1982. *A vida sexual dos selvagens*. Rio de Janeiro, Francisco Alves, 525 p.
- TOLSTÓI, L. 2009 [1859]. *Felicidade Conjugal*. São Paulo, Editora 34, 119 p.
- WINNICOT, D. 1982a [1963]. Da dependência à independência no desenvolvimento do indivíduo. In: D. WINNICOT, *O Ambiente e os Processos de Maturação*. Porto Alegre, Artes Médicas, p. 79-87.
- WINNICOT, D. 1982b [1958]. Capacidade de estar só. In: D. WINNICOT, *O Ambiente e os Processos de Maturação*. Porto Alegre, Artes Médicas, p. 31-37.
- WINNICOT, D. 1982c [1960]. Distorção do ego em termos de falso e verdadeiro self. In: D. WINNICOT, *O Ambiente e os Processos de Maturação*. Porto Alegre, Artes Médicas, p. 128-139. 268 p.
- WINNICOT, D. 1999 [1964]. O conceito de falso self. In: D. WINNICOT, *Tudo Começa Em Casa*. São Paulo, Martins Fontes, p. 53-58.
- WINNICOT, D. 2001a [1958]. O primeiro ano de vida: Concepções modernas do desenvolvimento emocional. In: D. WINNICOT, *A família e o desenvolvimento individual*. São Paulo, Martins Fontes, p. 3-20.
- WINNICOT, D. 2001b [1960]. Segurança. In: D. WINNICOT, *A família e o desenvolvimento individual*. São Paulo, Martins Fontes, p. 43-48.
- YI, M.K. 2006. Passionnément autre: rumeurs de la “mère suffisamment bonne”. In: J. ANDRÉ, *La folie maternelle ordinaire*. Paris, PUF, p. 29-45.

Submetido: 13/04/2015

Aceito: 03/09/2015